

NEOLIBERALISMO E PLATAFORMIZAÇÃO DA SOCIEDADE: UMA ANÁLISE SOBRE O TRABALHO ININTERRUPTO E SUAS IMPLICAÇÕES NA PROFISSÃO DOCENTE

Neoliberalism and the platformization of society: an analysis of uninterrupted work and its implications in the teaching profession

Neoliberalismo y la plataforma de la sociedad: un análisis sobre el trabajo ininterrumpido y sus implicaciones en la profesión docente

Sandro Faccin Bortolazzo¹
Rai Marcelo De Oliveira Feijó²

Resumo: As plataformas digitais atravessam variadas atividades cotidianas e seu crescente uso sinaliza transformações nas relações sociais e de trabalho. Assim, o objetivo deste artigo é analisar as implicações do trabalho ininterrupto, levando em consideração a plataforma da sociedade, para a profissão docente. Trata-se de uma investigação exploratória e bibliográfica composta por dois movimentos. O primeiro movimento problematiza como as plataformas digitais, apoiadas na racionalidade neoliberal, reconfiguram as relações de trabalho. O segundo movimento analisa como a formação e as dinâmicas laborais docentes vêm sendo transformadas diante do trabalho ininterrupto instado a partir da imersão das plataformas digitais. Ao explorar as interseções entre o trabalho ininterrupto, a plataforma da sociedade e a profissão docente, os resultados deste estudo sinalizam relações de trabalho cada vez mais flexíveis e uma tendência à lógica da competição e individualização.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Profissão Docente. Trabalho Ininterrupto. Plataforma da Sociedade.

Abstract: The digital platforms cross various daily activities, and their growing use signalize transformations in social and work relations. Thus, the objective of this article is to analyze the implications of uninterrupted work, considering the platformization of society, for the teaching profession. It is an exploratory and bibliographic investigation composed of two movements. The first movement problematizes how digital platforms, supported by neoliberal

¹ Doutorado em Educação. UFPel (Universidade Federal de Pelotas), Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: sandrobortolazzo@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1961168932141433>; ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-9145-1581>. Pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ)

² Licenciando em Filosofia. Bolsista de Iniciação Científica. Programa de Bolsas de Iniciação à Pesquisa para Jovens Cientistas - PBIP-JC/UFPel (Universidade Federal de Pelotas). Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: raimarcel.ro@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3066251622494013>; ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0000-2441-0483>.

rationality, reconfigure work relations. The second movement analyzes how the formation and teachers work dynamics have been transformed in the face of uninterrupted work prompted by the immersion of digital platforms. By exploring the intersections between uninterrupted work, the platformization of society, and the teaching profession, the results of this study indicate increasingly flexible work relations and a trend towards the logic of competition and individualization.

Keywords: Neoliberalism. Teaching Profession. Uninterrupted Work. Platformization of Society.

Resumen: Las plataformas digitales atraviesan diversas actividades cotidianas y su creciente uso señala transformaciones en las relaciones sociales y laborales. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es analizar las implicaciones del trabajo ininterrumpido, teniendo en cuenta la plataformización de la sociedad, para la profesión docente. Se trata de una investigación exploratoria y bibliográfica compuesta por dos movimientos. El primer movimiento problematiza cómo las plataformas digitales, respaldadas por la racionalidad neoliberal, reconfiguran las relaciones laborales. El segundo movimiento analiza cómo la formación y las dinámicas laborales de los docentes han venido siendo transformadas ante el trabajo ininterrumpido impulsado por la inmersión de las plataformas digitales. Al explorar las intersecciones entre el trabajo ininterrumpido, la plataformización de la sociedad y la profesión docente, los resultados de este estudio indican relaciones laborales cada vez más flexibles y una tendencia hacia la lógica de la competencia y la individualización.

Palabras clave: Neoliberalismo. Profesión Docente. Trabajo Ininterrumpido. Plataformización de la Sociedad.

Introdução

As palavras-chave que fundamentam este artigo são neoliberalismo, plataformização da sociedade, trabalho ininterrupto e docência. Como se entrelaçam o neoliberalismo e o crescente e constante uso de plataformas digitais na sociedade? De que maneira as dinâmicas laborais docentes, atualmente orientadas pela lógica do trabalho ininterrupto, se reconfiguram nesse contexto? Tais indagações são o ponto de partida para a abordagem proposta nesta pesquisa.

As plataformas digitais permeiam diversas atividades cotidianas, sinalizando transformações nas dinâmicas das relações sociais e de trabalho. Nesse cenário, este artigo empreende uma análise sobre as implicações da plataformização da sociedade na profissão docente, com ênfase no fenômeno denominado de trabalho ininterrupto. Para fins de ilustração, considera-se, por exemplo, o aumento expressivo da oferta de cursos online, seja para formação inicial ou continuada de professores, cada vez mais impulsionado pelas plataformas digitais.

A constante disponibilidade para o acesso e interação por meio dessas plataformas não apenas redefine as fronteiras espaço-temporais do trabalho docente, mas suscita reflexões sobre as implicações psicossociais.

Metodologicamente, este estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória e bibliográfica, constituída por dois movimentos interligados. O primeiro movimento problematiza como as plataformas digitais, arrimada pela racionalidade neoliberal, reconfiguram as relações de trabalho. Nessa fase, a investigação se apoia nos conceitos de capitalismo de plataforma (Srnicsek, 2018) e plataformização da sociedade (Van Dijck et al, 2018). O capitalismo de plataforma pensando a partir de como os dados são utilizados enquanto matéria-prima, e a ideia de plataformização da sociedade como um ecossistema de plataformas interconectadas que passam a moldar e conduzir a vida dos sujeitos.

O segundo movimento analisa como a formação e as dinâmicas laborais docentes vêm sendo transformadas diante do trabalho ininterrupto instado a partir da imersão das plataformas digitais. Este segundo movimento foi pensando à luz de ideias como da "uberização" e das discussões do neoliberalismo no campo educacional. Para isso, são acionados autores como Foucault (2008), Ball (2008; 2014), Dardot et.al (2019), Brown (2019), Hypólito (2010; 2012) e Bortolazzo (2020; 2022; 2023).

Ao explorar as interseções entre o trabalho ininterrupto, a plataformização da sociedade e a profissão docente, os resultados deste estudo sinalizam relações de trabalho cada vez mais flexíveis e uma tendência à lógica da competição e individualização, ditames da racionalidade neoliberal.

A plataformização da sociedade reconfigurando relações de trabalho: primeiro movimento de pesquisa

Neste primeiro movimento investigativo, busca-se problematizar como as plataformas digitais, exemplificadas por redes sociais como Facebook e Instagram, assim como empresas do setor de comércio e serviços, tais como Google e Uber, inscritas na racionalidade neoliberal, promovem a reconfiguração das relações de trabalho. No âmbito desta pesquisa, a atenção está direcionada ao contexto educacional, mais precisamente à profissão docente.

Inicialmente, cabe ressaltar uma distinção entre redes e plataformas digitais. Conforme delineado por D'Andrea (2020), as redes denotam o cenário onde ocorrem as trocas e

interações sociais, enquanto as plataformas abrangem uma dimensão mais ampla, incorporando não apenas o espaço das interações, mas outros elementos, como os algoritmos e a coleta, extração e utilização de dados. Sintetizando, o conceito de plataforma digital engloba as redes sociais, mas também qualquer forma de comunicação e interação que tenha como base os artefatos digitais.

As plataformas digitais têm adquirido uma posição sobrejacente na sociedade, desempenhando centralidade em diversas áreas, como educação, trabalho, política, economia e cultura. Ao focalizarmos o âmbito dos processos educativos, verifica-se a presença marcante de plataformas como Instagram e YouTube, além de cursos em formato de Educação à Distância (EAD), que têm alterado as formas de lidar com o conhecimento e os processos de aprendizagem. Nas relações de trabalho, as plataformas muitas vezes assumem um caráter imperativo, modelando as dinâmicas sociais, de colaboração e produção. No domínio político, é possível verificar diversas implicações do uso dessas plataformas na disseminação de informações e na transformação desses espaços em verdadeiros “púlpitos” para a participação cívica.

Diante do cenário veemente das plataformas digitais, adota-se o conceito de plataformação da sociedade proposto por Van Dijck *et al* (2018). De acordo com esses autores, o termo refere-se à centralidade conferida às plataformas digitais na organização dos processos sociais. Essa perspectiva propõe uma abordagem para analisar a vida social na qual comportamentos e atividades políticas, econômicas e culturais são concebidos e moldados por um ecossistema online de plataformas com alcance global. Assim, o termo "ecossistema", conforme contextualizado por Van Dijck *et al* (2018), se remete à ideia de que as plataformas não operam de maneira isolada, mas que estão sempre interconectadas, assemelhando-se a um ecossistema biológico. Para os autores, as plataformas desempenham papel de organizar e facilitar uma variedade de interações, abrangendo desde transações comerciais até interações laborais e pessoais.

Ainda segundo Van Dijck *et al* (2018), as *Big Tech* ou *Big Five*, compreendendo *Google, Apple, Facebook, Amazon* e *Microsoft*, são as empresas que, primordialmente, estabelecem a base de infraestrutura para o ecossistema de plataformas no qual outras plataformas e aplicativos se conectam. Os serviços fornecidos abrangem uma ampla gama, desde navegadores e serviços de computação em nuvem até publicidade, aplicativos, sistemas de pagamento, personalização e identificação de potenciais usuários. Em outras palavras, as

plataformas digitais se entrelaçam à vida cotidiana e atendem a diversos setores, incluindo notícias, transporte urbano, finanças, turismo, economia, entrega em domicílio, entretenimento, educação, entre outros.

As operações dessas empresas, seguindo Srnicek (2028), ao orientarem comportamentos e exercerem uma forma de governança sobre a sociedade por meio das plataformas, podem ser correlacionadas ao conceito de economia digital. Conforme o autor, os dados emergem como a principal matéria-prima do capitalismo no século XXI, com as plataformas atuando como instrumentos operacionais.

A plataforma, para Srnicek (2018) serve como ferramenta para a organização dos negócios, permitindo a centralização desses dados e, por conseguinte, sua extração, análise e utilização. Contrariamente à ideia de que os dados são uma matéria-prima imaterial, é importante destacar que sua captura requer o uso de sensores, armazenamento em sistemas de alta capacidade, um considerável consumo de energia, organização em formatos padronizados para torná-los utilizáveis e algoritmos customizados que são desenvolvidos e manualmente integrados aos sistemas. Isso evidencia que a coleta de dados está atrelada a uma infraestrutura destinada a identificar, registrar e analisar as informações. Nesse sentido, a economia digital ou de plataforma vem se transformando em um modelo hegemônico, com forte implicações na conformação e reconfiguração das cidades, dos governos, dos negócios, das condições e relações de trabalho. (SRNICEK, 2018).

As plataformas digitais, neste caso, operam como mediadoras, identificando e direcionando indivíduos para se alinharem às ofertas e aos nichos e postos de trabalho disponíveis. Adicionalmente, por se tratar de um ambiente capaz de conectar empresas a potenciais consumidores, Srnicek (2018, p. 69) destaca que nas plataformas “todos podem se tornar fornecedores de produtos e serviços”. Isso implica que a característica distintiva das plataformas é a liberdade proporcionada aos usuários, permitindo que qualquer indivíduo crie, disponibilize e venda seus próprios produtos ou serviços. Esta dinâmica é remanescente da visão do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2008), onde a vida humana contemporânea é moldada pela capacidade dos indivíduos se transformarem em mercadorias comercializáveis. Na sociedade de consumidores proposta por Bauman (2008, p.20), os sujeitos são reduzidos à condição de mercadoria e “ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e

ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável”.

Na contemporaneidade, conforme Bauman (2008), a transformação em uma mercadoria é o que conecta o indivíduo à economia liberal de mercado. Nesse sentido, a ascensão das plataformas digitais reforça essa perspectiva, evidenciada na busca por mão de obra, seja ela especializada ou não, que possa atender às demandas instantâneas e efêmeras das empresas. Portanto, entender as relações de trabalho em uma sociedade orientada para o consumo e plataformação implica analisar o tipo de trabalho oferecido e as condições proporcionadas aos trabalhadores, sobretudo diante do neoliberalismo.

O tipo de trabalho oferecido é, antes de tudo, moldado por uma perspectiva neoliberal. O neoliberalismo, segundo Ball (2014, p. 26), é tido como um conjunto de práticas organizadas e complexas que vão se inserindo em variados contextos da vida cotidiana, englobando o que, na perspectiva foucaultiana, tem se denominado de “governamentalidade”, ou seja, o “governo das populações por meio da produção de seres empreendedores dispostos, “auto governáveis”.

Conforme argumentado por Wendy Brown (2019), o neoliberalismo tem como finalidade a privatização dos serviços públicos, notadamente universidades e parques, bem como a abertura irrestrita a aportes corporativos e de capital financeiro, os quais podem influenciar diretamente nos processos sociais, culturais, econômicos, e, inclusive, eleitorais. Tais práticas reverberam em uma redução da intervenção estatal, na desregulamentação do capital e na precarização das relações de trabalho.

No que se refere às relações educacionais, Brown (2019) aloca o sentido utilitarista, como treinamento para o trabalho, como uma forma de desenvolver o capital humano ao mesmo tempo em que existe um desinvestimento na educação pública, principalmente, no ensino superior. Em resumo, há balizas na racionalidade neoliberal, que incluem o empreendedorismo individual, a concorrência e uma forma de vida fundamentada no direito privado.

Na mesma perspectiva, Dardot *et al* (2019, p. 189), ressalta que junto à “instauração de novas condições políticas”, ocorrem modificações “das regras de funcionamento econômico e a alteração das relações sociais”. Ainda de acordo com os autores, as políticas neoliberais, ao indicarem o mercado como único foco de suas ações, acabam por terceirizar o trabalho, precarizando suas condições e relações.

Diante das diretrizes econômicas neoliberais, é perceptível a precarização das relações de trabalho que impulsiona os indivíduos a se reinventarem como empreendedores de si mesmos. Tal transformação é particularmente notável no crescimento do número de pessoas que se engajam em plataformas como Uber, assumindo funções de entregadores ou motoristas. Nessa plataforma, as relações laborais não apenas refletem, mas também participam ativamente da dinâmica neoliberal, incorporando e promovendo conceitos de empreendedorismo e flexibilidade. Essa tendência evidencia uma transformação nas normas e expectativas relacionadas ao mercado de trabalho.

Diante de um ambiente econômico mais volátil e incerto, os trabalhadores estão progressivamente adotando posturas laborais autônomas e de autogestão como estratégias. A flexibilidade, anteriormente considerada como um benefício, agora se consolida como um elemento essencial e demandado na construção das trajetórias profissionais. Desse modo, ao compreender as políticas neoliberais e seus impactos sobre o indivíduo e a sociedade, torna-se possível observar como esse tipo de racionalidade está arraigada nas dinâmicas das plataformas digitais.

As novas modalidades de trabalho, atualmente intermediadas por plataformas digitais, têm sido denominadas, entre vários outros termos, como “uberização”, designando relações de trabalho que são facilitadas e ofertadas via plataformas digitais.

A “uberização” é um termo que se popularizou para descrever o modelo de trabalho adotado por empresas que operam em plataformas digitais, como é o caso da Uber, um serviço apoiado em tecnologia digital que opera uma plataforma de transporte compartilhado, conectando usuários a motoristas através de um aplicativo móvel. Nesse caso, os trabalhadores, que podem ser motoristas de transporte ou entregadores de comida, utilizando bicicletas ou automóveis, atuam como profissionais autônomos. Eles utilizam seus próprios veículos ou veículos alugados para realizar serviços por meio da plataforma.

Essa modalidade de relação laboral, segundo Kalil (2020), é caracterizada por uma dinâmica assimétrica, estabelecendo uma clara divisão entre a plataforma e os prestadores de serviço. Enquanto a empresa detém o controle sobre a plataforma e a alocação de serviços, os trabalhadores frequentemente enfrentam uma falta de estabilidade e previsibilidade em suas práticas laborais. A dependência desses trabalhadores em relação à plataforma para a

obtenção de oportunidades de trabalho resulta em uma constante rotatividade e instabilidade em suas fontes de renda.

Por outro lado, esse tipo de relação nos leva à reflexão de que também há aspectos considerados positivos por muitos desses trabalhadores, como a possibilidade de trabalhar de forma independente e em horários flexíveis. É importante destacar que nem todos os envolvidos nessas relações de trabalho as utilizam integralmente como sua principal fonte de renda. Muitos as adotam como uma forma de obter renda extra.

Simultaneamente, observa-se a flexibilização do trabalho, conferindo maior autonomia, mas igualmente requerendo alta disponibilidade e adaptabilidade dos trabalhadores. Esse tipo de demanda, a da flexibilidade, não apenas torna este modelo de relação laboral mais prático às empresas e, de alguma maneira, atrativo aos desempregados, mas também suscita a necessidade de atenção aos desafios circunstanciais, sobretudo, quando manifestada por meio de uma prolongada extensão das horas de trabalho.

A “uberização” configura um dos exemplos mais notáveis de terceirização do trabalho no século XXI. Ao adotar uma abordagem que se afasta das relações de emprego formais, as empresas que utilizam o modelo “uberizado” visam reduzir as responsabilidades trabalhistas e os encargos associados, transferindo uma gama de riscos e custos para os próprios trabalhadores. Assim, tal relação está ligada a uma racionalidade neoliberal onde fica a cargo do sujeito a responsabilidade de ser empresário de si. Dentro deste horizonte de inteligibilidade, o sujeito trabalha não pela sua força de trabalho, mas pela noção de um agir que é econômico.

Dardot et al (2019) complementa essa visão, apontando que os investimentos em capital humano são vistos como algo que deve aumentar de forma intermitente e contínua. Isso implica uma produção discursiva, cada vez mais, voltada para o empreendedorismo.

Se cada indivíduo é responsável pelos investimentos que faz ou não faz, e então por seus sucessos, fracassos, é porque todo indivíduo se define pelo capital que constitui para si mesmo e que lhe cabe investir, fazendo sempre boas escolhas educacionais, de saúde ou nos planos profissional e matrimonial (DARDOT *et al*, 2019, p. 239).

Nesse contexto, o indivíduo que gera renda por meio do empreendimento de sua própria força de trabalho, assume a posição de empresário de si mesmo, em uma dinâmica trabalhista semelhante à encontrada na “uberização”. O trabalhador “uberizado”, segundo Abílio (2020), é uma espécie de gerente de linha de frente de si mesmo, tornando-se um

autônomo permanente, ao mesmo tempo em que se encontra desprovido de quaisquer direitos trabalhistas ou garantias remuneratórias.

Apresentar essas formas de compreender as relações de trabalho que ocorrem dentro das plataformas, permeadas por uma espécie de capitalismo de plataforma onde os dados são manipulados e moldados, afeta diretamente vários aspectos empregatícios. Trata-se de um sinal de mudança nas relações de trabalho, mas que também ocorre em outros setores como o dos meios de comunicação, da saúde e educação.

Plataformas digitais e reconfigurações do trabalho docente: segundo movimento da pesquisa.

O segundo movimento desta investigação analisa como a formação e as dinâmicas laborais docentes vêm sendo transformadas, sobretudo, diante da ideia do trabalho ininterrupto instado a partir da imersão das plataformas digitais. Metodologicamente, procurou-se basear essa segunda parte da pesquisa incursionada nos estudos de autores como Hypólito (2010; 2012) Abílio (2020) e Bortolazzo (2020;2022;2023).

Com o propósito de investigar as interconexões entre o trabalho ininterrupto, a plataformização da sociedade e a profissão docente, três desdobramentos foram identificados: 1) Crescente flexibilização nas relações laborais; 2) Inclinação para uma lógica competitiva entre instituições educacionais, discentes e educadores, pautada em avaliações e métricas; 3) Emergência de uma docência cada vez mais individualizada.

Uma das concepções fundamentais subjacentes a esta análise é a do trabalho ininterrupto, empregado como categoria analítica que engloba diversas dinâmicas laborais instituídas no capitalismo de plataformas. A configuração do trabalho por meio dessas plataformas, associada à carência de uma estrutura de proteção trabalhista e social, resulta na formação de trabalhadores(as) que não possuem a prerrogativa de interrupção ou períodos de descanso. A modelagem do(a) trabalhador(a) sob demanda gera um perfil de trabalhador(a) ideal, caracterizado por sua disponibilidade ininterrupta e flexibilidade para as atividades laborais.

Essa prerrogativa estende-se igualmente ao domínio da docência. Trata-se de uma atividade que se desenrola de forma contínua, revelando-se pelo fato de que as obrigações e atividades profissionais não apresentam tendência a encerrar-se com o término das aulas. Pelo

contrário, os docentes contemporâneos encontram-se imersos em um ritmo constante de trabalho, evidenciado, por exemplo, ao alimentarem conteúdos em plataformas como Moodle e YouTube, responderem a e-mails ou mensagens via aplicativos como WhatsApp e Instagram.

Neste cenário, os professores são demandados não apenas a conduzir as atividades em sala de aula, mas também a manterem um fluxo contínuo de informações e interações com os estudantes, estendendo-se, por vezes, à comunicação com a administração escolar/universitária, pais, colegas de trabalho, direção escolar, entre outros.

Docência e trabalho flexível

É recorrente a concepção de que a ênfase primordial do pensamento neoliberal, conforme abordado no texto, recai sobre a economia ou o mercado. Contudo, ao adotar essa perspectiva, constata-se que as práticas neoliberais, sobretudo no domínio das relações laborais, engendram alterações em diversos âmbitos. Dentre esses aspectos, destaca-se o campo da educação, a qual vem sendo profundamente moldada por tais práticas, manifestando-se tanto no sistema educacional quanto na formação profissional e no desenvolvimento de competências exigidas no mercado de trabalho.

Essas políticas, ao delinearem seus objetivos e propósitos, estabelecem também as diretrizes para a condução da gestão política na esfera educacional. Hypólito (2012, p. 65) observa que o neoliberalismo assume manifestações diversas, “transfigura-se em modelos aparentemente democráticos, que se hibridizam e formam o que se pode nomear como gerencialismo, cujo critério básico reside em tornar a administração pública mais eficiente, em harmonia com os interesses do mercado e a ele submetida”. Segundo Hypólito (2010), no contexto desse gerencialismo, busca-se alinhar as políticas educacionais aos princípios mercadológicos, utilizando termos como produtividade, performatividade e competitividade, entre outros. Nesse mesmo contexto, emerge a flexibilização, impulsionada pela busca de maior eficácia e eficiência, progressivamente intensificada pelas plataformas.

Um exemplo ilustrativo da precarização e flexibilização das condições laborais dos docentes reside na adoção de contratos temporários destinados a professores substitutos ou temporários. Selma Venco (2019), em sua pesquisa sobre a uberização do trabalho, identificou um aumento significativo no contingente de professores temporários, muitos dos quais não possuem formação completa, especialmente no estado de São Paulo. Este fenômeno

também encontra respaldo na pesquisa de Hypólito (2012), no Rio Grande do Sul, onde igualmente se constata um crescimento no número de contratos temporários.

A prática docente, sob uma ótica neoliberal, muitas vezes assemelha-se ao fenômeno da uberização, conforme anteriormente abordado. Outros eventos corroboram tal manifestação, a exemplo do aplicativo "prof-e"³, uma plataforma de registro de professores destinada a atender a um contínuo processo de substituição, tanto no âmbito da educação básica quanto superior. Em linhas gerais, de acordo com o Fraga (2020), a partir da sua coluna no site Extraclasse, uma vez cadastrados, os professores aprovados no aplicativo são convocados para substituir aulas presenciais em sua localidade de residência ou online, em qualquer cidade do Brasil. Este serviço pode ser equiparado a uma espécie de "Uber da Educação". Conforme informações fornecidas no Extraclasse, qualquer instituição educacional, seja ela do Ciclo II, Ensino Médio, Técnico ou Superior, cadastrada no serviço, pode solicitar aulas por meio da plataforma. Os professores qualificados para a aula solicitada são notificados pelo aplicativo e têm a opção de aceitar ou recusar, de maneira análoga a uma chamada de serviço no aplicativo Uber. O aplicativo tem sido objeto de discussão no sindicato dos professores, que mencionam a contínua precarização do trabalho docente. Por outro lado, os gestores do aplicativo afirmam que a plataforma não está precarizando o trabalho dos professores, atribuindo a precarização ao eventual não comparecimento do professor, o que, segundo eles, impactaria adversamente o processo de ensino e aprendizagem.

A flexibilização se evidencia por diversas vias, especialmente na otimização de resultados e na contenção de despesas para prefeituras e universidades. Os contratos temporários representam uma alternativa de custo mais vantajosa para cobrir substituições emergenciais, delineando uma tendência emergente. A adaptação das jornadas de trabalho dos docentes, embora superficialmente promissora em termos de liberdade e versatilidade, frequentemente se traduz em uma realidade distinta. Profissionais inseridos em regimes flexíveis de trabalho enfrentam comumente horários irregulares e imprevisíveis, impondo desafios ao planejamento pessoal e à estabilidade financeira. A necessidade de cumprir

³ "Prof-e é uma startup criada em dezembro de 2017 que cadastra professore(a)s de Ensino Fundamental, Médio, Técnico e Superior para trabalharem por demanda em escolas públicas e privadas. Informações podem ser encontradas em <https://www.f6s.com/company/prof-e>

extensas cargas horárias para atingir um patamar salarial adequado emerge como uma decorrência direta da natureza incerta e variável dessas jornadas.

Além disso, esses professores, ainda que não disponham de contratos efetivos, desempenham uma variedade de atribuições equiparável aos docentes efetivos. Esse rol de responsabilidades engloba atividades como o planejamento de aulas, a avaliação de estudantes, a participação em reuniões e eventos escolares, dentre outras incumbências. Contudo, a flexibilidade, frequentemente, resulta em uma carga horária mais extensa e intensa, agravada pela necessidade de atender a demandas suplementares, como aquelas oriundas de plataformas online. Nesse contexto digital, não apenas é necessária a adaptação a novos métodos de ensino, mas também a gestão de ferramentas tecnológicas, interação virtual com estudantes e elaboração de material didático.

A fragilidade dos contratos e a sobrecarga horária igualmente evidenciam, de forma incontestável, o princípio do trabalho ininterrupto para os docentes. Essa condição é exacerbada pelas interações em plataformas online, as quais, de acordo com Bortolazzo (2020, p. 11), exigem “alta disponibilidade por parte dos professores para atender às demandas dos estudantes, estendendo o trabalho docente além do período de aula”.

Efetivamente, existem certas indefinições nos contornos do trabalho plataformizado. Conforme observa Abílio (2020, p. 2),

as indistinções entre o que é e não é tempo de trabalho, a nebulosidade entre o que é e não é trabalho, as imbricações do espaço doméstico no espaço de trabalho são alguns dos elementos que compõem a flexibilização do trabalho e que, atualmente, se aprofundam sob uma nova forma de gestão e controle.

De fato, ao se contemplar o contexto das plataformas, não é possível estabelecer um limite definido entre a sala de aula e as responsabilidades do professor após o término de seu expediente. A noção de um trabalho ininterrupto, que se estende para além do encerramento da jornada devido a contratos precários e excesso de carga horária, inicialmente pode sugerir uma redução no desempenho dos docentes, atribuível à exaustão ou ao estresse. Contudo, é imperativo ponderar como a cultura da performatividade, um fenômeno da racionalidade neoliberal, atua como um catalisador para o labor contínuo.

A docência baseada em métricas

A performatividade não apenas requer uma exibição constante de resultados, mas também institui um sistema de avaliações e comparações que desempenham um papel na perpetuação da competitividade e no estímulo ao trabalho para além das horas estabelecidas. Esse sistema incessante alimenta um ciclo em que o final da jornada formal não significa o término das responsabilidades profissionais ou o início do período de lazer e descanso, mas sim uma extensão das atividades sob a égide de termos como eficiência e qualidade. Nas palavras de Ball (2008, p.62):

A performatividade é uma cultura ou um sistema de 'terror'. Trata-se de um regime de responsabilidade que emprega julgamentos, comparações e exibições como meios de controle, desgaste e mudança. As performances de sujeitos individuais ou organizações servem como medidas de produtividade ou saída, ou exibições de "qualidade", ou 'momentos' de promoção ou inspeção.

No que concerne à atividade docente, observa-se um aumento na ênfase dada às avaliações e métricas. Essa é uma tendência notável, especialmente nas políticas neoliberais, concentrando-se na avaliação do desempenho de estudantes, professores e instituições educacionais por meio de ferramentas padronizadas e métricas quantitativas. Este fenômeno transcende a simples avaliação, representando uma transformação na concepção e mensuração do sucesso educacional. Isso engloba os docentes, que, para além de alcançar boas pontuações, são instados a investir em seu capital humano, seja através de cursos de especialização, aprimoramento de técnicas de ensino, produção e publicação de materiais, ou demonstração do desempenho de seus estudantes em avaliações nacionais como Provinha Brasil, Enem ou Enade.

Ainda no que se refere aos educadores, essa focalização em métricas e avaliações pode acarretar a redução da autonomia pedagógica. Ao serem submetidos a avaliações fundamentadas nos resultados dos alunos em testes padronizados, os professores podem se sentir pressionados a "ensinar para o teste", priorizando o alcance de pontuações elevadas em detrimento da promoção de uma efetiva aprendizagem.

Essas práticas, orientadas pela perspectiva do mercado neoliberal, exercem impactos sobre ações, escolhas e métodos de ensino, contribuindo, assim, para a formação de indivíduos competitivos. A constante ênfase dessas avaliações induz os sujeitos a uma mentalidade de individualização, na qual a busca por resultados individuais prevalece sobre

abordagens colaborativas, promovendo a ideia de que o valor de um indivíduo está diretamente relacionado aos resultados mensuráveis alcançados nas avaliações.

Isso implica em encarar a avaliação não apenas como um instrumento de desempenho, mas como uma força que impacta as escolhas pedagógicas, a dinâmica institucional e o comportamento dos envolvidos. Nessa abordagem, alunos, professores e instituições sentem a pressão de se adaptar aos critérios avaliativos, frequentemente expressos em resultados numéricos. Tal cenário dissemina a competição, em que o sucesso e mesmo o fracasso são medidos por classificações, pontuações e rankings, fortalecendo uma cultura de competição, concorrência constante e individualização.

Foucault (2008) salienta que em uma sociedade neoliberal, a concorrência é o princípio regulador, ou seja, os mecanismos competitivos "devem ter o máximo de superfície e espessura possível, ocupando também o maior volume possível na sociedade". Ou como afirmam Dardot e Laval (2016, p. 30), o neoliberalismo

estende a lógica do mercado muito além das fronteiras estritas do mercado, em especial, produzindo uma subjetividade "contábil" pela criação da concorrência sistemática entre os indivíduos. Pense-se em particular na generalização dos métodos de avaliação no ensino público oriundos da empresa.

Laval (2004), ao examinar as reformas neoliberais implementadas no âmbito escolar em escala global, destaca que estas passam a ser progressivamente orientadas pela preocupação com a competição econômica entre sistemas sociais e educacionais, bem como pela adaptação às condições sociais e subjetivas da mobilização econômica geral. A padronização dos objetivos e dos controles, a descentralização, a transformação do "gerenciamento educativo" e a capacitação dos docentes constituem, fundamentalmente, reformas "voltadas para a produtividade" (LAVAL, 2004, p. 12).

Endossadas por organismos internacionais, as avaliações externas de desempenho escolar, padronizadas e de larga escala, têm ocupado um papel central nas políticas públicas de educação do Brasil. Nessa conjuntura, é pertinente destacar, conforme argumentam Dardot e Laval (2016), que:

A “avaliação” tornou-se o primeiro meio de orientar a conduta pelo estímulo ao “bom desempenho” individual. Ela pode ser definida como uma relação de poder exercida por superiores hierárquicos encarregados da expertise dos resultados, uma relação cujo efeito é uma subjetivação contábil dos avaliados. Uma vez que o sujeito aceita ser julgado com base nessas avaliações e sofrer as consequências, ele se torna constantemente avaliável, isto é, um sujeito que sabe que depende de um avaliador e das ferramentas empregadas por ele, sobretudo porque ele mesmo foi educado para reconhecer de antemão a competência do avaliador e a validade das ferramentas. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 351 [grifo dos autores]).

Segundo esse discurso, a função da educação e dos educadores tem sido reduzida a fornecer aos estudantes os conhecimentos necessários para obter bons resultados em avaliações e competir eficazmente no mundo contemporâneo. A esse propósito, frequentemente se adiciona a condição de que todas as atividades devem ser realizadas de maneira econômica e eficiente. O juiz supremo que determinará nosso sucesso nesse empreendimento é a média obtida pelos estudantes nas provas. Supostamente, quando esse sistema funciona adequadamente, tanto professores quanto estudantes asseguram recompensas e méritos, geralmente de natureza individual.

Formação docente e individualização

Como terceiro resultado delineado nesta análise, observa-se a concepção de um modelo de docência, seja na formação inicial ou continuada que, entrelaçado às plataformas digitais e às diretrizes neoliberais, é marcado por uma perspectiva individualista de desenvolvimento profissional. Bauman (2010) indica que um projeto educacional para os indivíduos, concebido na chamada Modernidade Sólida, atribuía à sociedade como um todo a “responsabilidade plena e exclusiva pela formação do ser humano” (BAUMAN, 2010, p. 103). Dessa forma, cabia ao Estado orientar as condutas dos sujeitos e promover a formação (*Bildung*) de cidadãos. Atualmente, as mesmas práticas de formação dos indivíduos são questionadas.

No contexto da Modernidade Líquida, termo cunhado por Bauman (2009), ele observa que a chamada “bagagem de conhecimentos”, outrora valorizada, já não é mais o impulsionador da sociedade, agora orientada pelo descarte e pela busca constante de fruição, buscando a utilização máxima e imediata. Essa abordagem se afina com o tipo de educação "oferecido pelos programas de software (atualizados cada vez mais rapidamente e, portanto,

substituídos), que se mostra muito mais atraente do que aquele proposto por uma educação sólida e estruturada” (BAUMAN, 2009, p. 663).

Um tipo de formação profissional de curto prazo, alinhado às demandas do mercado e frequentemente adquirida por meio de cursos flexíveis que confiam na autodidaxia dos estudantes, tem recebido maior destaque em comparação com uma abordagem tradicional de formação. Esse deslocamento tem gerado um formato de educação flexível, individualizado, fragmentado e diversificado, capacitando os sujeitos a enfrentar desafios como a rapidez, as incertezas e as adaptações e atualizações constantes. Os educadores, de acordo com Bortolazzo (2022, p.13), ao se sujeitarem “à lógica de individualização, promovem a ideia do mérito próprio em detrimento da colaboração, alinhando-se à lógica neoliberal que destaca esforços individuais e os posiciona em um mercado altamente competitivo e empreendedor, impulsionado pela digitalização”. Adicionalmente, observa-se uma crescente mercantilização nas ofertas educacionais, especialmente nos cursos a distância (EAD).

O avanço das plataformas digitais e redes de ensino a distância pode ser considerado um reflexo das tendências das políticas neoliberais na esfera educacional, reconfigurando funções e incentivando os docentes a assumirem um papel empreendedor em suas carreiras. No contexto das subjetividades, Bortolazzo (2023), destaca que uma das ênfases mais marcantes das plataformas digitais está na busca pela individualização ou personalização. Essa estratégia, baseada em algoritmos, dissemina a concepção de que os processos de formação, aprendizado e diversas atividades cotidianas podem ser adaptados ao ritmo, disponibilidade e necessidades individuais de cada pessoa.

A integração das tecnologias digitais na esfera educacional, um fenômeno intensificado pela plataformação da sociedade (VAN DIJCK *et al*, 2018) e pelo capitalismo de plataforma (SRNICEK, 2018), apresenta um cenário diversificado e intrincado. Essa dinâmica tornou-se especialmente proeminente com a ampla adoção de plataformas digitais no campo educacional durante a pandemia de COVID-19. O Ensino a Distância (EAD), anteriormente considerado uma modalidade complementar, consolidou-se como uma prática educacional regular, destacando o papel fundamental das plataformas digitais como alicerce para a continuidade das atividades escolares.

Contudo, a isso se acrescenta a habilidade das plataformas em acessar os dados dos usuários, possibilitando, de maneira crescente por meio de diversos mecanismos, como a interseção de dados e as operações algorítmicas, uma abordagem educacional mais

personalizada. As plataformas representam um meio eficaz de centralizar, extrair, analisar e utilizar as crescentes quantidades de dados registrados. Desse modo, é válido afirmar que as operações dos algoritmos embutidos nas plataformas digitais, por exemplo, acabam por influenciar valores, comportamentos e premissas sobre o que é ou deveria ser relevante para resolver um problema, assim como o que deve ou não satisfazer as necessidades de um usuário.

Os algoritmos instituem práticas personalizadas, estimulam determinados comportamentos, implicando, por conseguinte, estilos de vida e trajetórias profissionais. Principalmente, os algoritmos estabelecem hierarquias de poder ao moldar os fluxos de informação em larga escala. Um exemplo paradigmático é a presença ubíqua dos filtros nos processos comunicativos por meio de plataformas digitais, sendo o Google talvez a ferramenta mais proeminente. Enquanto conduzem pesquisas, os algoritmos, fundamentados em históricos de busca, correlações de interesses, palavras-chave ou ideias afins, acabam por filtrar informações, desempenhando não apenas o papel de instrumento de busca, mas também de poder. Esses filtros contribuem para a construção da visão de mundo, direcionando determinadas opiniões ou notícias para o foco de atenção, ao passo que outras são simplesmente desconsideradas.

As plataformas digitais não apenas orientam comportamentos, mas também capacitam os indivíduos a viver e se comportar de maneiras específicas. Esse investimento ocorre por meio de diversas técnicas, muitas delas incorporadas à algoritmia, que produzem e destacam determinadas informações em detrimento de outras.

Portanto, observa-se uma conexão imperativa entre o digital e suas inúmeras possibilidades e a ideia de uma educação personalizada, na qual os processos formativos podem ocorrer por meio de diversos dispositivos e aplicativos, acessíveis em qualquer espaço e tempo. Essas práticas são individualizadas e demandam a responsabilidade de cada indivíduo. Essas práticas são particularmente enaltecidas em uma lógica neoliberal, que considera os sujeitos responsáveis por sua própria formação e capazes de aprimorar habilidades e competências (BORTOLAZZO, 2023).

Conclusões

Retornando à proposta central deste estudo, que consiste em analisar as implicações do trabalho ininterrupto na profissão docente, com a plataformização da sociedade como elemento balizador, é possível destacar três resultados, entre outros não explorados. Dessa maneira, ao investigar as interrelações entre o trabalho ininterrupto, a plataformização da sociedade e a profissão docente, utilizando a pesquisa bibliográfica e exploratória como método, é viável apontar características que se tornam expectativas para os docentes, tais como a flexibilização laboral e uma formação cada vez mais individualizada, com fortes vínculos com políticas neoliberais. Essas políticas se refletem na ênfase em aspectos como competição, performatividade, concorrência e na concepção dos sujeitos como empreendedores de si mesmos.

De maneira abrangente, as intrincadas conexões entre o trabalho ininterrupto, a plataformização e a docência proporcionam uma compreensão sobre as realidades, os estilos de vida e as sensibilidades nas relações sociais contemporâneas. A análise dessas interações emerge como um elemento para expor as nuances e complexidades que permeiam as dinâmicas laborais, a evolução das plataformas e, de maneira específica, como essas transformações vão sendo atinadas à prática docente.

A crescente presença da plataformização nas atividades docentes tem se revelado marcante, moldando significativamente as funções desempenhadas por esses profissionais. Seja na disponibilização de conteúdos para os estudantes via plataformas, seja na resposta a demandas burocráticas e administrativas, observa-se um regime de adaptação constante dos docentes a jornadas de trabalho cada vez mais flexíveis. Esta realidade conduz esses profissionais a operarem de forma ininterrupta, com escassos espaços para descanso ou lazer. Assim, a permeabilidade das atividades docentes às plataformas digitais reconfigura a dinâmica tradicional da atividade de ensino, e instaura um novo paradigma laboral, o da flexibilização.

No contexto das políticas neoliberais, cujos princípios são a livre concorrência e a orientação pelo mercado, as relações profissionais no campo docente têm sido afetadas. A avaliação dos professores, agora regida por métricas, insere-os em um regime incessante de investimentos e condiciona-os à lógica da competitividade. Sob essa perspectiva, o desempenho dos docentes é mensurado não apenas pelos resultados de seus estudantes, mas também por critérios quantitativos que se traduzem em rankings e classificações. Esse cenário

impõe aos professores uma constante busca por aprimoramento e destaque, alinhando-se à cultura neoliberal que prioriza práticas individuais e a incessante busca por palavras da ordem como eficiência, eficácia e excelência. Além disso, essa dinâmica contribui para a consolidação do trabalho ininterrupto, uma vez que os profissionais se veem compelidos a permanecerem engajados continuamente, em busca de metas e indicadores que atendam aos padrões estabelecidos por essa perspectiva neoliberal de educação.

Como último elemento, destaca-se que o trabalho ininterrupto se relaciona à crescente individualização na formação dos professores na medida em que é permeada, em grande parte, pelo ingresso das plataformas. Essas ferramentas orientam e estimulam uma formação cada vez mais personalizada, sugerindo cursos, materiais e abordagens alinhados aos interesses e necessidades específicas de cada um. A lógica das plataformas, muitas das quais oferecem cursos a distância, reforça a ideia de que é possível adequar horários e ritmos de aprendizado de acordo com a disponibilidade. O resultado é uma formação marcada pela individualidade, onde os professores são impulsionados a assumirem a responsabilidade por seu desenvolvimento profissional, alinhando-se, assim, aos princípios das políticas neoliberais.

Referências

- ABÍLIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos Avançados**. São Paulo, v.34, n.98, p.111-126, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BALL, S. J. **The Education Debate**. Bristol: The Policy Press, 2008.
- BALL, S. J. **Educação Global S.A.**: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.
- BAUMAN, Z. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Tradução de José Gradei. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- BAUMAN, Z. **Legisladores e intérpretes**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BORTOLAZZO, S. F. Uma análise sobre o WhatsApp e suas relações com a educação: dos aplicativos às tecnologias frugais. **Revista Pedagógica**. Chapecó, v. 22, p. 1-15, 2020. Disponível em: : <https://doi.org/10.22196/rp.v22i0.4539>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BORTOLAZZO, S. F. O Dilema das Plataformas e Redes Digitais: processos educativos, docência e neoliberalismo. **Cadernos de Educação**. Pelotas, n. 66, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/educacao.vi66.4613>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BORTOLAZZO, S. F. Pedagogias do Digital e Subjetividades nas Redes Algorítmicas. **TEXTURA - Revista de Educação e Letras**. Canoas, v. 25, n. 64, p. 74-101, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4322/2358-0801.2023.25.64.0>. Acesso em: 05 jan. 2024.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. Tradução de Mario Antunes Marino. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

D'ANDREA, C. **Pesquisando Plataformas online**: Conceitos e métodos. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 2020.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P.; GUÉGUEN, H.; LAVAL, C.; SAUVÊTRE, P. **A Escolha da Guerra Civil**. Uma outra história do neoliberalismo. Tradução: Márcia Pereira Cunha. Elefante Editora: São Paulo, 2019.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRAGA, C. Contratação uberizada de professores por aplicativo já é realidade. **Extraclasse**, 2020. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/educacao/2020/01/contratacao-uberizada-de-professores-por-aplicativo-ja-e-realidade/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HYPOLITO, A. M. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. **Educação: Teoria e Prática**. Rio Claro, v. 21, n. 38, p. 59–78, 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5265>. Acesso em: 30 jan. 2024.

HYPOLITO, A. M. Políticas Curriculares, Estado e Regulação. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400015>. Acesso em: 15 jan. 2024.

KALIL, B. R. **A regulação do trabalho via plataformas digitais**. São Paulo: Blucher, 2020.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

SRNICEK, N. **Capitalismo de plataforma**. Buenos Aires, Editora Cajanegra, 2018.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; WALL, M. **The Platform Society**: Public Values in a Connective World. Londres, Oxford Press, 2018.

VENCO, S. Uberização do trabalho: um fenômeno de tipo novo entre os docentes de São Paulo. **Cadernos de Saúde Pública**. São Paulo, v. 35, n.1, p.1-17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00207317>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Recebido em: 30 de janeiro de 2024
Aceito em: 12 de março de 2024
